

Jutahy: Usucapião inclui particular

O relator da Comissão Mista do Congresso que examina o projeto de Lei que dispõe sobre o Usucapião especial de imóveis rurais, senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), assegurou, ontem, que no substitutivo que apresentará como parecer, deixará explícito — de acordo com o ponto de vista do Governo — que as propriedades privadas também ficarão sujeitas ao usucapião especial.

Mesmo sem ter mantido entendimentos com o Executivo sobre a extensão do mesmo instituto às áreas urbanas, o senador da bancada baiana assegurou que, dificilmente, isto acontecerá, pois o tema é complexo e pode inclusive, vir a prejudicar pessoas atualmente beneficiadas em terras devolutas. Assim, o projeto de Lei governamental que ora tramita no Congresso não deverá comportar essa alteração, ficando o problema para ser resolvido depois.

Em termos de outros pontos discutíveis do projeto, Jutahy explicou que examina com boa vontade a mudança da especificação dos limites de terras em 20 hectares, devendo denominar, talvez com mais mobilidade, para "módulo rural". Contudo, já está definido que haverá alteração nem que seja de 20 para 25 hectares. No caso de transferências de títulos de terras conseguidos pelo usucapião especial, advertiu que perma-

necem muitas dúvidas porque as propostas são divergentes e busca-se um resultado médio. Há quem defenda a inexistência de qualquer restrição e outros que desejam torná-los inalienáveis.

SEGURANÇA NACIONAL

Ao anunciar-se como muito preocupado com a maneira de como vai disciplinar no seu substitutivo o "rito sumário" de aquisição de terras pelo novo instituto, Jutahy anunciou que está encontrando dificuldades na obtenção de dados concretos que definam, visualmente, o que representam as áreas consideradas como de interesse da segurança nacional, principalmente as que ficam até 150 quilômetros das fronteiras internacionais e as situadas até 100 quilômetros das rodovias federais na Amazônia Legal. Mesmo tendo feito pedidos ao INCRA e ao IBGE, até agora não recebeu nenhuma resposta e ele quer saber "o que resta" para ser passível do usucapião especial.

Na terça-feira, a Comissão Mista deverá ouvir os depoimentos de Eliane Augusto de Athaide, assessora Jurídica da Pastoral das Favelas do Rio de Janeiro — indicada por Dom Eugênio Sales —, e o presidente da Ruralminas, Geraldo Resende. O parecer de Jutahy Magalhães tem prazo de apresentação até o dia 17 e começará a ser discutido pelo plenário do Congresso no dia 19.

CORREIO BRAZILIENSE